

# Denúncia: Nenhuma audiência pública foi realizada para discutir a venda da companhia, que atende 12 milhões de pessoas no Rio de Janeiro



Claudio Tognolli

Yahoo Notícias 23 de fevereiro de 2017



Manifestação de funcionários da Cedae terminou em confronto com PM, no RioFoto:Tomaz Silva/Agência Brasil

O governador Luiz Fernando Pezão garantiu ao jornal EXTRA que vai sancionar o projeto de privatização da Cedae com as emendas aprovadas pela Assembleia Legislativa do Rio. Uma das alterações foi que o empréstimo de R\$ 3,5 bilhões terá de ser usado preferencialmente com os servidores. Segundo o governador, as emendas não alteram o acordo feito com a União:

— Não muda nada. Vou sancionar com essas emendas — disse Pezão.

O empréstimo, porém, ainda não pode ser adquirido. O Estado depende de uma liberação do Congresso, ou do Supremo Tribunal Federal, para pegar novo adiantamento. Hoje, por ter extrapolado seu limite de endividamento, o Rio não pode pagar empréstimos.

As emendas foram aprovadas na última terça-feira, após negociação entre os partidos da base do governo e membros da oposição. Ainda ficou estabelecida a inclusão de emenda para garantir a prática da tarifa

social em áreas carentes do Estado.

Bem...

A ONG Artigo 19 remeteu a este blog uma porrada em Pezão.

A **ARTIGO 19** repudia a falta de transparência e de participação social no processo que culminou na aprovação do projeto de lei que permite a venda da Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro), ocorrida na última terça-feira (21), na Alerj (Assembleia Legislativa Estadual do Rio de Janeiro).

A autorização para a venda da companhia – primeira etapa de seu processo de privatização – ocorreu sem que nenhuma audiência pública fosse realizada, impedindo assim o debate e o acesso a informações vitais sobre a medida.

A constatação é extremamente preocupante uma vez que a Cedae é responsável pelo abastecimento de água de 64 dos 92 municípios do Rio de Janeiro, atendendo cerca de 12 milhões de pessoas. Além disso, a companhia é a única estatal lucrativa do Estado – segundo seu último balanço, de 2015, a receita operacional bruta atingiu R\$4,4 bilhões, com lucro líquido de R\$ 248,8 milhões.

Outro agravante é que a aprovação da autorização da venda da Cedae ocorreu ao mesmo tempo em que manifestantes contrários à medida sofriam forte repressão policial do lado de fora do prédio da Alerj. Diversas pessoas ficaram feridas e ao menos 20 foram detidas.

Cabe lembrar que o direito de protesto é a manifestação do direito à liberdade de expressão, de reunião e de associação, e ainda do direito à participação social. De forma que o exercício do direito de protesto ganha ainda mais importância quando o direito à participação é negado em processos decisórios de relevante interesse público.

Para a **ARTIGO 19**, a participação social e o acesso à informação em decisões de amplo impacto social, como é o caso da venda da Cedae, devem sempre ser encarados com prioridade por governantes. A realização de audiências públicas, em quantidade satisfatória e com o objetivo expresso de estabelecer diálogo com a sociedade, é um dos instrumentos para contemplar esses direitos.

A **ARTIGO 19** espera que as autoridades fluminenses passem a conduzir a proposta de privatização da Cedae com a transparência necessária, sem medir esforços na aplicação de mecanismos de participação social previstos na Constituição.

